

Entrevista a Heloisa Primavera para CEPAT, Curitiba, PR, Brasil. (08.10.2006)

Antes de tudo, gostaria de dizer que é um prazer estar de novo com vocês, com quem partilhamos identidades e convergências que se mantém ao longo do tempo. Isso não é pouco... Depois, acrescentar que essa entrevista me dá a oportunidade de fazer um balance dos diferentes projetos nos diferentes contextos e isso sempre é surpreendente: são como ver “as crianças” depois de não estar com elas por alguns anos...

1) Os clubes de troca conheceram um formidável sucesso na grande crise argentina de 2001 e 2002, sobretudo. Como estão hoje?

Na verdade, é muito importante ser rigorosos nessas afirmações, porque a difusão de informações distorsionadas contribui para a formulação de conclusões errôneas, que então alimentam uma bola de neve muito negativa para o espírito crítico... Um dos causantes dessa é a própria Internet, porque geralmente a informação quase nunca tem datas e nem sempre tem veracidade comprovável. Isso faz com que a tentação de “pesquisar” por esse meio leve muitas vezes a uma parcialização da realidade, ou a tomar como atuais dados já obsoletos, o que pode causar erros graves nos diagnósticos. Na verdade, o crescimento importante dos clubes de troca deu-se bem antes da crise de 2001: passou-se de um clube com 23 pessoas, em 1995, a mais de dez redes com umas oitocentas mil pessoas cadastradas, o que significou um impacto sobre uns seis milhões de pessoas no momento da crise... Mas a crise foi também o momento do caos, onde os desvios ideológicos das redes de troca se agravaram e levaram à explosão do sistema no país inteiro. Porque, assim como a mídia foi fundamental no seu crescimento, o foi na sua explosão. O Brasil conhece bem esse tema: em geral, um objeto social não existe se certos meios não se ocupam dele! Na Argentina também acontece: o meio gráfico que “inventou” as trocas como panaceia autogestionada pela sociedade civil, também as destruiu em nome do abandono da classe média. Passaram-se quase cinco anos da crise de dezembro de 2001 e hoje ainda podemos encontrar muitos clubes de troca, provavelmente mais que em qualquer outra parte do mundo (só que já não são “notícia”), com muitas modalidades de funcionamento. Mas também é verdade que se perdeu o poder associativo: já não há grandes redes, em nenhum modelo, apesar de que um dos grupos tem 47 mil pessoas cadastradas. Se quisermos falar de números, estimaria que haveria umas cem mil pessoas, no máximo, envolvidas nas trocas aqui atualmente. Definitivamente, no campo das trocas solidárias houve um retrocesso muito importante do ponto de vista político, acompanhado do florescimento de variantes em que a solidariedade se encolheu frente aos valores do individualismo, dos pequenos grupos ou das pequenas vantagens para essas enormes massas de desempregados/ subempregados que continuam existindo. Mas os planos sociais de entregas de dinheiro e subsídios para iniciativas econômicas de pequeno porte também mudaram a cara da Política Social e com isso as formas de resistência dos setores populares. Talvez o que seja mais importante é que elas não desapareceram, como pensam a maioria das pessoas, mas se atomizaram, se fragmentaram e perderam seu caráter de grandes redes organizadas.

2) Frequentemente se relaciona o sucesso dos clubes de troca – e por extensão da economia solidária – ao fracasso do neoliberalismo. Ou seja, de que vão bem quando a economia de modo geral vai mal. A economia solidária é uma alternativa para além de momentos de crise econômica, isto é, ela é uma alternativa econômica e social? Que experiências da Argentina e de outros países se pode citar nesse sentido?

Existe certa ligeireza em interpretar fenômenos sociais - sempre complexos – que pode levar a conclusões reducionistas e simplórias! E se falamos de interpretações, prefiro ver os clubes de troca como movimentos complexos, contraditórios de resistência à exclusão, onde os setores excluídos se animaram a “reinventar” um Mercado. O que quer dizer que o neoliberalismo fracassou? Fracassou, certamente, para alguns atores sociais, como triunfou – com dificuldades, às vezes – para outros. Se nos colocamos do lado dos atores sociais que buscamos a construção de um mundo mais justo e de um planeta saudável para nossos descendentes, podemos dizer que

a Economia Solidária **não** é uma economia para pobres, mas uma economia para todos, onde os mais pobres devem ser necessariamente os primeiros a ser incluídos, mas não os únicos! **Precisamos enfrentar essa diferença conceitual:** a Economia Solidária deve ocupar-se de **toda** a Economia e, portanto do problema do desemprego, mas também do consumo exacerbado, da irresponsabilidade no uso dos recursos do planeta que é de todos os seres vivos... É por aí que vejo a necessidade de uma reformulação da conceitualização mais comumente percebida de Economia Solidária, senão estaremos consertando o teto da casa sem olhar seus alicerces. Ela deve ser concebida como modelo de desenvolvimento e não como paliativo do desemprego. Por outro lado, não é possível negar que a **urgência** de organizações como as nossas é incluir os que estão mais excluídos neste momento, ou seja, dirigir-nos primeiro à pobreza crítica e aos que caíram do mundo do emprego, justa preocupação dos políticos que apóiam o modelo de Economia Solidária desenvolvido no Brasil, sem dúvida exemplar no mundo.

3) As moedas sociais acompanharam o ressurgimento da economia solidária por todas as partes do mundo. A que se deve a sua efervescência?

Infelizmente, não estou de acordo que as moedas sociais sejam reconhecidas por outras formas da Economia Solidária como parte dela... Gostaria muito que assim fosse, mas acho que estamos longe disso, mesmo no Brasil, mesmo na Argentina. Acredito profundamente que é seu lugar legítimo, porque as moedas sociais quando adequadamente utilizadas são um instrumento altamente transformador de consciências, que mostram a essência da Economia e o papel das finanças como instrumento de dominação política. Acabo de chegar de um congresso internacional em Weimar, na Alemanha, de um nível acadêmico surpreendentemente alto, onde constatei mais uma vez que as barreiras entre os distintos aspectos da Economia Solidária ainda são muito grandes. Acredito que em mais de 30 trabalhos, o que apresentei talvez fosse o único que relacionava moedas sociais com a Economia Solidária... Mas, por outro lado, também é certo que há uma efervescência em todo o mundo no uso de moedas complementares (não necessariamente moedas sociais, digo pensando no caso do “barter trade” com cartões inteligentes, sistema de permuta aplicado a qualquer setor da Economia, como vimos no exemplo da Polônia e da Holanda). Isso ocorre pela crise do sistema neoliberal, sem dúvida, mas não necessariamente afeta os setores mais excluídos e por isso não é sustentável. Digo isso citando a Nancy Birdsall, uma ex-funcionária do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que publicou um excelente trabalho onde demonstra com a análise de casos concretos que o crescimento econômico sem redistribuição não é sustentável; nem como simples crescimento econômico! Imagine então se falarmos de modelo de desenvolvimento humano e social... Voltando à efervescência que mencionavas, ela também se deve a outro fator além da crise do sistema, que é a importante difusão do conhecimento promovida nos últimos dez anos pela Internet e pelos movimentos sociais articulados em instâncias como o Fórum Social Mundial. Em outras palavras, quase todas essas formas já existiam em várias partes do mundo, desde 1982, mas estavam larvadas, encobertas por outros fenômenos e não relacionadas entre elas como estratégias de resistência política. No Brasil, como existe uma Secretaria de Economia Solidária, com percepção dessa postura teórica e política da pertença das moedas sociais à Economia Solidária, tem havido apoio à articulação nacional dessas iniciativas, mas ainda faltam resultados significativos a nível de estados, para que se possa empreender um projeto nacional definitivo, conservando as diferenças regionais.

4) No caso da Argentina, há municipalidades e mesmo Províncias que aceitam moeda social para pagamento de impostos... Como avalia esse reconhecimento oficial?

Sem dúvida, a Argentina continua sendo o “caso” mais espetacular de evolução das moedas sociais, mas como caso ele deve ser tomado com muito cuidado; do mesmo modo, assim como o reconhecimento oficial foi positivo num primeiro momento, para redefinir a responsabilidade do Estado em relação ao desemprego estrutural e apoiar as iniciativas cidadãs alinhadas com a inclusão social, quando esse reconhecimento pretendeu estender-se a nível nacional, por ter sido

feito de maneira pouco cuidadosa (quando reconheceu a legitimidade de um dos grupos sobre todos os demais e não foi capaz de legislar sobre a matéria, que é a forma como o Estado institui novas práticas sociais), podemos considerar que o próprio Estado também contribuiu ao seu fracasso! Os casos onde prefeituras aceitaram (e algumas ainda o fazem) moedas sociais como parte do pagamento de impostos foram casos de uma excepcional articulação entre Estado e organizações da sociedade civil, entre governantes e governados, como o orçamento participativo no Brasil, que sem dúvida merecem ser mais bem conhecidos e difundidos para sua avaliação e, porque não? – eventual replicação.

5) A moeda foi identificada com o capitalismo e seu ramo mais influente atualmente, o capitalismo financeiro. No entanto, historicamente a moeda é anterior ao sistema capitalista. Quais são os elementos de diferenciação do capitalismo das moedas sociais?

Costumamos esquecer que o capitalismo foi um avanço na evolução das sociedades, com a promessa (não cumprida...) de liberar tempo de trabalho para o homem, da mesma forma que esquecemos que o dinheiro foi um invento extraordinário. Lembremos, então, que o dinheiro não nasceu com o juro como parte do processo, mas essencialmente para facilitar os intercâmbios. *O problema é sempre o mesmo: como o usa quem tem o poder!* Ou seja, como se criaram os juros. E visto de outra forma: como *deixamos* que os que têm o poder continuaram a apropriar-se dos bens e conhecimentos universais em benefício de poucos! Cada vez sou mais adepta daquela idéia do Betinho que dizia que a pobreza era um tema demasiado importante para estar em mãos dos políticos e que a sociedade civil devia assumir a sua responsabilidade. Dito de outra maneira: *não é um Estado forte quem constrói a democracia, mas uma sociedade civil organizada quem constrói um Estado democrático...* Em outras palavras, acredito que seja a hora e a vez de organizar-nos para isso. E que nesse processo, as moedas sociais são uma prática relevante da sociedade civil organizada, uma prática construtora de cidadania. Mais ainda, acredito que as moedas sociais são um instrumento muito mais político que financeiro... Quanto à diferenciação com a moeda capitalista, esta é muito clara: a moeda capitalista tem três funções: unidade de contas, meio de pagamento e função de reserva de valor, isto é, pode ser depositada em bancos... para produzir mais dinheiro sem trabalhar. A moeda social, em compensação, só tem as duas primeiras funções e não possui valor de reserva; ao contrário, muitas vezes a sua tenência ocasiona juros negativos ou “demurrage”, que é um processo através do qual o dinheiro vai se “oxidando” com o tempo. A adoção de diversas formas de moeda social nos levou a descobrir que a correção do problema (se quisermos corrigir, realmente) está na eliminação dos juros, simples e compostos. A obra de Margrit Kennedy, “Dinheiro sem inflação nem taxa de juros: como criar um meio de intercâmbio que sirva todo mundo e proteja a Terra”, é fundamental nesse sentido e os grupos de moedas regionais que estão sendo implementados na Alemanha adotam, quase sempre, essa forma de juro negativo (www.regiogeld.de)

6) Que experiências de moeda social citaria como bem sucedidas. O que elas têm e que poderia ajudar outras iniciativas?

Primeiro, seria necessário definir critérios de êxito para as experiências: o que queremos medir? O grau de transformação das consciências? Em que sentido? Com que valores? A criação de inovação nas práticas sociais? “PIB” das trocas com moeda? Quantidade de transações totais? Rubros percentuais de bens e serviços? Promoção de alianças estratégicas entre distintos setores sociais? Indicadores de inclusão social? Permanência no tempo? Diria então que, quando penso nesses critérios, me vêm à mente vários exemplos e cada um deles com sua singularidade, com sua potencialidade e suas limitações, contribuindo para uma mudança que está em processo e que é acumulativa, com um destino que está esperando por nossos projetos, nossas apostas, nossa coragem, nossa criatividade:

1. Bem sucedida foi a experiência argentina da RTS- Rede de Trocas Solidárias, de articular os clubes de troca a nível geográfico crescente, preservando espaços de autonomia dos clubes, ao

mesmo tempo que se adotavam medidas comuns destinadas a transparentar a gestão das zonas / estados e a fortalecer a trama das grandes redes, com um visão mais política que econômica do processo, de impacto na construção de uma democracia participativa.

2. Bem sucedida foi a experiência de Venado Tuerto, Província de Santa Fé, Argentina, na qual se escolheu o limite geográfico da cidade como espaço da rede local; adotou-se o mecanismo de oxidação e, além das feiras semanais, a organização de pequenos armazéns abertos permanentemente, onde se podiam adquirir produtos e serviços usando somente as moedas sociais locais. No mesmo sentido, bem sucedida foi a experiência de ALUD – Asociación de Lucha contra la Drogadicción – numa localidade muito pobre dos subúrbios do Sul de Buenos Aires, capaz de adaptar-se e reinventar-se permanentemente,

3. No Brasil, bem sucedida foi a experiência da cidade de São Paulo, porque ocupou-se permanentemente de aperfeiçoar suas práticas e difundi-las ao maior espaço possível, com um mínimo de recursos externos. No mesmo sentido, mas com um aporte significativo de uma ONG, consideramos que uma iniciativa bem sucedida foi a de Curitiba que conseguiu replicar a iniciativa a uma enorme área geográfica.

4. E, por último, mas principalmente por sua “juventude”, não podemos esquecer a experiência do Banco Palmas (www.bancopalmas.org.br) que partiu de um importante capital social no bairro, para lançar um programa de micro-crédito, ao qual acrescentou um primeiro grupo de trocas com moeda social e, em seguida a criação de um banco comunitário modelo, onde a moeda social funciona como um circulante local (tendo inclusive sendo “liberada” pelo Banco Central. Isso é uma demonstração muito clara da criatividade presente em iniciativas que estão permanentemente comprometidas com encontrar alternativas e não se limitam a “replicar” modelos existentes. O Banco Palmas recebeu por essa iniciativa o Prêmio de Inovação Social da Fundação Banco do Brasil, em 2005. Atualmente existe uma rede nacional de bancos comunitários, cada um com sua moeda social própria, além de ter chegado do outro lado da inquietante República Bolivariana da Venezuela, onde está sendo implementada no interior do florescente movimento cooperativo. Essa iniciativa mostra até que ponto é preciso ousar e criar novas formas de acelerar o processo de construção desse “outro mundo possível”.

7) Os críticos da Economia Solidária afirmam que ela contribui para a precarização do trabalho e que a verdadeira luta é por emprego. Como avalia essas críticas? A Economia Solidária pode ser considerada uma contribuição para uma outra organização do trabalho e da sociedade?

Acho totalmente superficiais essas críticas. Os que acreditam que o mundo do presente e, portanto, o do futuro, depende do emprego de antes, estão vivendo epistemologicamente uma espécie de posmodernidade feudal... Não reconhecem que as formas de vida tecnológicas invadiram o mundo por igual e que o salto evolutivo da sociedade da informação vai se aprofundar, com conseqüências ainda impensáveis, mesmo estando uma enorme proporção da população mundial excluída do uso direto dos computadores e da Internet... Basta pensar em que práticas sociais construíram a subjetividade de nossos pais e que outras construíram as nossas. Acredito que o futuro da Economia Solidária é o de legitimar-se como estratégia de desenvolvimento, mais que como modelo de Economia, num contexto de democracia participativa, e que por isso é importante definir, identificar, encontrar, construir ferramentas para a construção da democracia radical... O Projeto COLIBRI, que está sendo instrumentado pela RedLASES (www.redlases.org.ar/colibri) enfatiza precisamente essa necessidade e tem como objetivo formar e colocar em rede a um grupo de 3000 agentes de promoção de desenvolvimento local integral e sustentável na América Latina, onde a moeda social é considerada uma das estratégias de radicalização da democracia. Acredito que isso mostre a mudança de rumo que ocorreu nesses anos que separam nossas duas entrevistas para o CEPAT, não?